http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2023.v20.h548
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

A ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DO EMPRESARIADO E DOS SEUS INTELECTUAIS ORGÂNICOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BNC - FORMAÇÃO INICIAL

The performance if the private apparatus of hegemony of the business and its organic intellectuals in the process of preparing the BNC-initial training

La actuación del aparato privado de hegemonia empresarial y sus intelectuales orgánicos em el proceso de elaboración del BNC – formación inicial

Giovanna Kambetunava Rosa[1], Simone Sandri[2], Amanda Melchiotti Gonçalves[3], Isaura Monica Souza Zanardini[4]

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel - PR, Brasil

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo principal de identificar a atuação dos aparelhos privados de hegemonia e dos seus intelectuais orgânicos na elaboração da BNC-Formação inicial de professores. São objetivos específicos: pontuar aspectos da configuração do Estado gerencial, no Brasil; relacionar o conteúdo da atual política de formação inicial de professores com dimensões econômicas e políticas; identificar elementos da atuação dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado e dos seus intelectuais na elaboração da BNC-formação inicial. Desenvolvemos este trabalho a partir de abordagem qualitativa, com base em pesquisa documental e bibliográfica. Para a análise, consideramos a Reforma do Estado e como as implicações resultantes do processo de reestruturação produtiva influenciam no desenvolvimento da atual política de formação inicial de professores. A partir da análise do Parecer CNE/CP Nº 22/2019 e da Resolução CNE/CP Nº 2/2019, consideramos a atuação dos representantes do empresariado na elaboração da BNC-Formação, dada sua configuração no interior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, consequente, a forma como ocorre essa interferência para atendimento dos interesses dos grupos que representam. Observamos que o documento apresentado atende a concepção gerencial de formação, oriunda da lógica mercantil, a qual está sustentada numa estrutura voltada para o controle e produção de resultados. Indicamos que a atual política de formação de professores se alinha a agenda do projeto de formação humana da hegemonia burguesa.

Palavras-chave: BNC-Formação; Aparelhos privados de hegemonia do empresariado; Intelectuais orgânicos empresariais.

ABSTRACT

[1] Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social - Geppes. ORCID id: https://orcid.org/0000-0003-3697-212X E-mail: giovannakambetunava@gmail.com.

[2] Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – Geppes. ORCID id: https://orcid.org/0000-0002-4602-3027 E-mail: simone.sandri@unioeste.br.

[3] Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social - Geppes. ORCID id: https://orcid.org/0000-0002-8600-6248 E-mail: amandamelchiottigoncalves@gmail.com.

[4] Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social - Geppes. ORCID id: https://orcid.org/0000-0003-2226-3840 E-mail: monicazan@uol.com.br.

The present work has the main objective of identifying the performance of the private apparatuses of hegemony and their organic intellectuals in the elaboration of the BNC-Initial Teacher Training. The specific objectives are: to point out aspects of the configuration of the managerial state in Brazil; relate the content of the current initial teacher training policy to economic and political dimensions; to identify elements of the action of the private devices of hegemony of the business community and its intellectuals in the elaboration of the BNC-initial formation. We developed this work from a qualitative approach, based on documentary and bibliographical research. For the analysis, we consider the State Reform and how the implications resulting from the productive restructuring process influence the development of the current initial teacher training policy. Based on the analysis of Report CNE/CP No. 22/2019 and Resolution CNE/CP No. 2/2019, we consider the performance of representatives of the business community in the preparation of the BNC-Formação, given its configuration within the National Council of Education (CNE) and, consequently, the way in which this interference occurs to meet the interests of the groups they represent. We observed that the presented document complies with the managerial conception of training, derived from the mercantile logic, which is supported by a structure focused on the control and production of results. We indicate that the current teacher training policy is in line with the agenda of the human training project of the bourgeois hegemony.
Keywords: BNC-Training; Private devices of business hegemony; Business organic intellectuals.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo principal identificar la actuación de los aparatos privados de hegemonía y sus intelectuales orgánicos en la elaboración de la BNC-Formación inicial docente. Los objetivos específicos son: señalar aspectos de la configuración del estado empresarial en Brasil; relacionar el contenido de la actual política de formación inicial docente con las dimensiones económicas y políticas; identificar elementos de la actuación de los dispositivos de hegemonía privada del empresariado y sus intelectuales en la elaboración de la BNC-Formación inicial. Desarrollamos este trabajo desde un enfoque cualitativo, basado en una investigación documental y bibliográfica. Para el análisis se considera la Reforma del Estado y cómo las implicaciones derivadas del proceso de reconversión productiva inciden en el desarrollo de la actual política de formación inicial docente. Con base en el análisis del Dictamen CNE/CP N° 22/2019 y de la Resolución CNE/CP N° 2/2019, consideramos la actuación de los representantes del empresariado en la elaboración de la BNC-Formação, dada su configuración dentro de la Cámara Nacional Consejo de Educación (CNE) y, en consecuencia, la forma en que se produce esta injerencia para atender los intereses de los grupos que representan. Observamos que el documento presentado responde a la concepción gerencial de la formación, derivada de la lógica mercantil, que se sustenta en una estructura enfocada al control y producción de resultados. Indicamos que la actual política de formación docente está en consonancia con la agenda del proyecto de formación humana de la hegemonía burguesa.
Palabras clave: BNC-Formación; Aparatos privados de hegemonía empresarial; Intelectuales orgánicos corporativos.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo principal identificar a relação dos aparelhos privados de hegemonia na elaboração da BNC-Formação inicial de professores. São objetivos específicos: a) pontuar aspectos da configuração do Estado gerencial, no Brasil; b) relacionar o conteúdo da atual política de formação inicial de professores com dimensões econômicas e políticas; c) identificar elementos da atuação dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado e dos seus intelectuais na elaboração da BNC-formação inicial. O desenvolvimento do trabalho ocorreu por meio da abordagem qualitativa que "[...] objetiva obter uma compreensão particular do objeto que investiga. Como focaliza sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem." (LAKATOS, MARCONI, 2019, p. 300).

Entre os tipos de pesquisas qualitativas, optamos pela bibliográfica e documental. A primeira foi realizada "[...] a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...]. Utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados" (SEVERINO, 2007, p. 122). Selecionamos autores referentes aos conceitos gramscianos, Estado gerencial e sobre formação de professores no Brasil.

A pesquisa documental considerou como fonte primária, principalmente, a "Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica" (BRASIL, 2018); o Parecer CNE/CES nº 22, de 07 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019); a Resolução CNE/CES nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019b), assim como o conteúdo do site do Instituto Ayrton Senna.

O artigo está organizado em duas seções, sendo a primeira sobre a retomada de aspectos relacionados à Reforma do Estado brasileiro nos anos 1990, a relação público-privado na educação e na política de formação de professores, perpassando pelos conceitos que partem da crise estrutural do capital, os processos que regulam os princípios de acumulação de riquezas e a adoção da administração pública gerencial como resposta à retomada do desenvolvimento econômico, assim como suas implicações nas políticas educacionais, em destaque, aquelas que envolvem a formação docente.

Na segunda seção, partimos da análise documental ao apresentarmos algumas considerações sobre a elaboração da BNC-Formação inicial de professores. A primeira subseção trata de algumas considerações sobre a BNC-Formação, desde o surgimento da proposta que dá suporte para o desenvolvimento do Parecer CNE/CP Nº 22/2019 até a aprovação da Resolução CNE/CP Nº 2/2019[5]. Destacamos alguns aspectos que estruturam o documento, as habilidades apresentadas como necessárias ao futuro professor e as dimensões em que estão distribuídas, destacando o documento como concretização da política de formação voltada para a lógica de mercado.

A segunda seção discorre sobre o contexto da formação inicial de professores. Destacamos o perfil do Conselho Nacional de Educação (CNE) no contexto de desenvolvimento das novas diretrizes curriculares para a formação de professores e a influência exercida pela participação de representantes do empresariado brasileiro, no que envolve o conceito de aparelhos privados de hegemonia.

Nas considerações finais, trazemos algumas reflexões sobre do tema discutido. Também reiteramos aspectos históricos que permeiam as políticas educacionais e de formação inicial de professores.

A Reforma do Estado Brasileiro e a atual política e formação inicial de professores

Os estudos sobre política educacional no contexto da sociedade capitalista, que consideram a influência dos países centrais sobre os países do capitalismo periférico, pressupõem a análise do capital e das crises estruturais por ele enfrentadas, considerando estas crises como parte de seu caráter cíclico e orgânico, podendo manifestar configurações mais aprofundadas em alguns momentos históricos.

[5] Nesse texto, também denominada de BNC-formação.

Entre as décadas de 1940 e 1970, o regime de acumulação taylorista/fordista foi a expressão dominante da acumulação de riquezas do capital, pois "[...] baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*." (ANTUNES, 2009, p. 38, grifos do autor). O uso de tecnologias rígidas na produção estruturava o trabalho de forma fragmentada, reduzindo a ação operária a um conjunto mecânico e repetitivo de atividades que se soma no trabalho resultante das ações interligadas pela linha de produção.

Com a crise do modelo taylorista/fordista de produção, o Estado de Bem-Estar Social[6], adotado pelos países do capitalismo central, também entrou em queda. Sendo assim, o Estado atuou de modo a intensificar as contradições socio-reprodutivas, indicando como uma "[...] sociedade cada vez mais mercantilizada é uma sociedade imersa nas contradições dilacerantes da forma-mercadoria, entre valor de uso e valor de troca [...]" (ALVES, 2007, p. 147).

A crise sendo política e econômica, explicitou a manifestação da crise estrutural do capital[7], exigindo o desenvolvimento de um processo de reestruturação produtiva, que teria origem em uma "nova" organização industrial e estatal, sobretudo na relação com o trabalho, visando a retomada do crescimento econômico do capital.

O toyotismo[8] se apresentou como alternativa à crise do capital com a finalidade de "[...] atender às exigências *mais individualizadas* de mercado, no melhor tempo e com melhor "qualidade" [...]" (ANTUNES, 1995, p. 26, grifos do autor) considerando a necessidade de "[...] que a produção se sustente num processo produtivo flexível que permita um operário operar com várias máquinas [...]" (ANTUNES, 1995, p. 26). Quanto a organização do trabalho, a agilidade no sistema de adaptação das máquinas e dos instrumentos deveria se adequar ao processo de elaboração de novos produtos em conformidade com o advento do trabalhador mais qualificado, funcional e polivalente. Nesse sentido,

> A instauração de um regime de acumulação flexível capaz de contribuir para uma retomada dos patamares de acumulação de riqueza abstrata colocou em crise a promessa de inclusão social e explicitou que o desenvolvimento do capitalismo se dá a partir da "produção enxuta" de mercadorias com a exacerbação do controle e manipulação do elemento subjetivo do trabalho. (ALVES, 2007, p. 253).

Em congruência com a reconfiguração do regime de acumulação do capital, ganha força a perspectiva política neoliberal[9], sustentada pela proposta de Estado mínimo para a oferta de políticas

[6] Sustentava-se por um modelo social-democrático, no qual o Estado sendo intermediário nas relações entre os sujeitos atua como mediador e regulador para garantia da democracia (ALVES, 2007). "A ilusão social-democrata deu origem ao viés politicista que pressupõe que a mera intervenção do Estado político, que é Estado do capital, possa abolir a lógica voraz do capital como "sujeito automático"." (ALVES, 2007, p. 137).

[7] "[...] o capital não é simplesmente uma "entidade material" [...] mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. [...] uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura *"totalizadora"* de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua "viabilidade produtiva", ou perecer, caso não consiga se adaptar." (MÉSZÁROS, 2011, p. 96, grifo do autor).

[8] Aqui tratado como toyotismo (ANTUNES, 1995), em outras literaturas, como Harvey (2002), também é chamado de acumulação flexível.

[9] Reação teórica e ideológica aos princípios do Estado de Bem-Estar Social, consolida-se através do Consenso de Washington, em 1989. O Estado objetiva, ao exercer pouca ou nenhuma intervenção, atuar como um facilitador do

sociais, porém máximo na regulação dessas políticas educacionais, consideradas onerosas, e nos ajustes econômicos, descentralizando as ações e serviços públicos para o setor privado.

Para Luiz Carlos Bresser-Pereira, que foi responsável pelo comando do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE (1995-1998), no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Estado e o mercado, responsáveis pela coordenação econômica, seriam os núcleos de origem da crise[10] no sistema capitalista, nos anos 1980, pois os Estados não se mostraram capazes de identificar os avanços da globalização sobre suas políticas.

A crise caracterizava-se, naquele momento, para Bresser-Pereira (1998, p. 51), como "[...] uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática na forma de administrar o Estado [...]". Para esse autor, o Estado tornara-se obstáculo de seu próprio desenvolvimento.

Esse contexto demandou por parte dos governos, sobretudo aqueles considerados periféricos na correlação de forças, a realização de adequações em políticas, práticas e instituições a eles articuladas, assim como a reestruturação de seus pilares administrativos visando, por intermédio do emprego da administração pública gerencial, a:

> [...] reorganização do Estado via a adoção de critérios de gestão que oportunizem a redução de custos, uma maior articulação com a sociedade para definição de prioridades e a cobrança de resultados. [...] um aparelho de Estado eficiente e orientado pelos valores do novo paradigma de sociedade; (ZANARDINI, 2007, p. 252).

No Brasil, a reconstrução ou reforma do Estado, nos anos 1990, apoiada no discurso de realizar-se a retomada do desenvolvimento social e econômico em nível mundial, baseou-se no pressuposto de que a máquina estatal estaria enfrentando uma crise de eficiência, atingindo instâncias governamentais de cunho administrativo e promovendo a redefinição destas enquanto mecanismos de regulação. Sob o argumento da "[...] necessidade de rever os entraves, os fatores de ineficiência que estariam impedindo a reprodução eficaz do modo capitalista de produção [...]" (ZANARDINI, 2007, p. 246) que se justificou a reforma.

A adoção do modelo de administração pública-gerencial, em detrimento da administração pública burocrática, segundo Bresser-Pereira (1998, p. 58), significava a possibilidade de "[...] transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento.". A prevalência do mercado

---

mercado, no qual os indivíduos estão organizados em prol de um acordo voluntário e individual que permite a sua livre circulação, em favor de interesses particulares (MATOS, 2008). As políticas sociais são paliativas, considerando-se o princípio de igualdade de oportunidades em detrimento das diferentes condições iniciais dos indivíduos como ponto de partida.

[10] "[...] uma crise ideologicamente construída, na medida em que nem todos os Estados nacionais são igualmente afectados pela globalização, e nem todos cumprem (ou estão destinados a cumprir) os mesmos papéis nos processos de transnacionalização do capitalismo; [...] porque, dependendo das perspectivas teórico-conceptuais adoptadas, embora o Estado permaneça como realidade política, são cada vez mais retóricas do que reais as hipóteses de resistir à globalização económica, política e cultural quando se pensa neste mesmo Estado como principal ou único mobilizador nacional de processos contra-hegemónicos." (AFONSO, 2001, p.19)

transformaria a “[...] competitividade internacional em condição de sobrevivência para o desenvolvimento econômico [...]”. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 56)

Os processos de embasamento para a Reforma do Estado, de acordo com o então ministro, estruturam-se em:

> (a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e "publicização" (este último processo implicando a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta);
> (b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país em nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;
> (c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente,
> (d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 60)

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, a presença do instrumento da publicização, ou seja, a transferência de atividades públicas para o setor público-privado por meio de organizações sociais sem fins lucrativos, coloca em evidência a “[...] execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.” (BRASIL, 1995, p. 17-18). Tal proposta se desenvolve sob a gestão do Estado em articulação com o orçamento público, viabilizando a interferência direta e a captação de recursos públicos pelo setor privado, em especial, o empresariado brasileiro.

Para Peroni (2012a), a materialização das parcerias público-privadas constitui-se sob a tentativa de racionalização dos recursos e esvaziamento do poder de instituições consideradas custosas para o Estado, somada a responsabilização da sociedade civil e sob o argumento de participação no processo de tomada de decisões. O setor privado “[...] como agente e parceiro na elaboração das políticas públicas, dado o pressuposto de que a ação estatal é insuficiente [...]” (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 2), age no atendimento dessas demandas sociais. Na área da educação, consideramos que dentre outras manifestações das implicações reformistas de cunho gerencial, estão as “[...] parcerias entre os sistemas públicos e instituições do terceiro setor, em que a execução de políticas permanecem estatais, mas o privado acaba interferindo no conteúdo da educação pública, tanto no currículo quanto na gestão e organização escolar.” (PERONI, 2012b, p. 41).

As implicações da Reforma no âmbito das políticas educacionais, portanto, corroboram a lógica mercantil, com base na falácia de que a educação é indutora, por si só, do crescimento econômico, pois

promove a formação qualificadora das novas gerações para o trabalho. Para tanto, no que condiz a formação de professores, cria-se a necessidade de "[...] formar personificações que atendam aos anseios do capital [...]" (AMARAL; NOVAES; SANTOS, 2021, p. 38) e que disseminem sua cultura, como o empreendedorismo, por exemplo, dentro da escola pública.

Ao fazer referência às políticas educacionais dos anos 1990, Freitas (2002) menciona que as "[...] referências e as bases para as políticas de formação de professores [vinculavam-se] estreitamente às exigências postas pela reforma educativa da educação básica, para a formação das novas gerações." (FREITAS, 2002, p. 143), assim como ocorre com a atual política de formação de professores que embasa o Parecer CNE/CP Nº 22/2019 e a Resolução CNE/CP Nº 2/2019, BNC-Formação inicial, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica.

Na formação inicial de professores, nos anos de 1990 e no atual momento, a relação entre as políticas educacionais e segmentos do chamado setor público não-estatal, põe em evidência as iniciativas que envolvem a flexibilização curricular com vistas a adequação dos currículos presentes no ensino superior em concordância com as exigências provenientes do processo de reestruturação produtiva e os novos perfis profissionais (FREITAS, 2002).

Sobre a atual proposta de perfil profissional, destacamos a permanência de uma formação estruturada nos saberes práticos, próxima da ideia tecnicista, porém, com influências da acumulação flexível que demanda o trabalhador polivalente ou multitarefas.

Na próxima seção, ao analisarmos as atuais propostas de formação de professores, notaremos que a perspectiva das políticas dos anos de 1990 é aprofundada por intermédio da BNC-Formação e da intensificação da presença de intelectuais orgânicos, representantes dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado brasileiro, na sua elaboração.

Considerações sobre a BNC-Formação inicial de professores e os nuances com a perspectiva gerencial de mercado

O contexto de crise do capital, permeado pelas reformas neoliberais, ao se voltar para o cenário educacional provoca discussões que trazem o projeto curricular para o centro da política, culminando com propostas e ideais de formação humana (ALBINO; SILVA, 2019) a serem ajustadas as demandas do mercado.

A "Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica" (BRASIL, 2018), tendo por referência a implementação da BNCC-Educação Básica, ao ser apresentada ao Conselho Nacional de Educação, foi fundamentada pelo Parecer CNE/CP Nº 22, de 7 de novembro de 2019, com base no pressuposto de que há a necessidade de que professores desenvolvam "[...] um conjunto de competências profissionais que os qualifiquem para colocar em prática as dez competências gerais, bem como as aprendizagens essenciais previstas na BNCC [...]." (BRASIL, 2019a, p. 1)

Em 2019, foi homologada a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a qual objetiva a definição de "[...] *Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)*." (BRASIL, 2019b, p. 1), de forma a garantir, ao longo do processo formativo, os princípios e competências considerados necessários aos futuros profissionais para o exercício da docência.

Considerando o exposto, Farias (2019) ressalta aspectos que estruturam um texto permeado por disputas políticas, na qual a:

> [...] noção de competência profissional, debitária do viés neoliberal, impregna a visão sistêmica esboçada para a formação de professores [...] que revela em si dimensões que estão bastante presentes e que se evidenciam em uma retomada de aspectos do tecnicismo, pois a autonomia e a criticidade da docência não se expressam com maior destaque no texto. (FARIAS, 2019, p. 163)

Tais aspectos tecnicistas, podem ser observados no Parecer CNE/CP Nº 22/2019 e a BNC-Formação, ao apresentam 10 competências gerais docentes e 12 competências específicas, assim como as habilidades que a elas são correspondentes, distribuídas em três dimensões:

a) Dimensão do conhecimento profissional: "[...] a aquisição de saberes que dão significado e sentido à prática profissional realizada em âmbito escolar." (BRASIL, 2019a, p. 16), em outros termos, o domínio dos conteúdos e do "saber" ensinar;

b) Dimensão da prática profissional: "[...] valorizar o conhecimento pedagógico do conteúdo, ou seja, a forma como esses são trabalhados em situação de aula [...]" (BRASIL, 2019a, p. 16), o comprometimento do docente com o planejamento e a efetivação do processo de aprendizagem;

c) Dimensão do engajamento profissional: "[...] pressupõe o compromisso consigo mesmo (desenvolvimento pessoal e profissional, [...] com o outro (aprendizagem e pleno desenvolvimento do estudante) e [...] os outros [...]" (BRASIL, 2019a, p. 17), ou seja, as relações que o docente estabelece com seus colegas de trabalho, com seus alunos, as famílias de seus alunos e a comunidade.

Compreendemos que a formação a partir do ideal de "[...] competências visa a preparação do homem para atender às condições contemporâneas de produção de bens e serviços em suas novas formas de organização do trabalho" (ALBINO; SILVA, 2019, p. 140). Uma medida que desconsidera as críticas anteriormente encaminhadas por entidades do campo da educação[11] e que se soma a tantas outras no

[11] Integrantes do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), como: a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Associação Brasileira do Currículo (ABdC), o Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), e o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), dentre outras.

aprisionamento causado através das forças exercidas pela teia privatista, meritocrática, individualista, voltada para o competitivismo da política neoliberal. (TAFFAREL, 2019)

Salienta-se a formação de um profissional capacitado para o "saber fazer", que seja ativo e versátil na sua atuação, que se sobressaia frente as desigualdades e especificidades enfrentadas no interior da escola, atendendo às demandas mercadológicas.

Entende-se que a noção de competências demanda uma formação prescritiva, como se observa nas orientações da Resolução CNE/CP Nº 2/2019. Para Gonçalves, Mota e Anadon (2019), esse documento estabelece não apenas a forma como a carga horária deve ser distribuída, mas também como os conteúdos ao longo dos anos do currículo deverão ser apresentados, limitando a atuação autônoma das universidades na organização de seus currículos em prol do engessamento e padronização dos cursos de formação. A uniformização da formação de professores, alinha-se com a política de avaliação em larga escala, que aplica e replica testes padronizados nos âmbitos nacional e internacional.

Assim, se justificou a necessidade da criação da BNCC com base nos argumentos dos **"**[...] baixos resultados das escolas brasileiras nos exames nacionais e internacionais, a baixa qualidade da formação docente, a importância da atuação do professor na determinação do desempenho dos alunos e a necessidade de implantação da BNCC." (ALBINO; SILVA, 2019, p. 146)

Com a explicitação de uma perspectiva voltada para as demandas do Estado gerencial, sob o controle das avaliações em larga escala, e, em atendimento ao trabalho técnico exigido pelo mercado, as proposições apresentadas pela Resolução CNE/CP Nº 2/2019:

> [...] rompem drasticamente com conquistas históricas para a formação e valorização profissional docente expressas na Resolução CNE/CP n. 2/2015. [...] um documento que possui inconsistências, entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, busca uma formação pragmática e padronizada, [...] comprometida com os interesses mercantilistas de fundações privadas. (GONÇALVES; MOTA; ANADON, 2019, p. 366).

Essa proposta de formação de professores se alinha ao currículo nacional para a educação básica, BNCC, intensificando "[...] um movimento de padronização dos processos de formação de professores, incidindo fortemente em como o saber deve ser administrado em detalhes, de forma a produzir currículos mínimos[12] que estão pautados em competências e habilidades." (GONÇALVES; MOTA; ANADON, 2019, p. 370)

O controle estabelecido sobre a constituição de currículos para a formação inicial de professores para a educação básica, a partir das diretrizes formativas propostas pela BNC-Formação, se alinha a um projeto formativo em expansão e "[...] configura-se como estratégia potente que se articula com outros arranjos, de forma a compor uma rede de formação de capital humano atrelada aos princípios do neoliberalismo em uma versão conservadora." (GONÇALVES; MOTA; ANADON, 2019, p. 373)

[12] Ver currículos mínimos no que diz respeito à oferta de disciplinas e conhecimento escolar elementares.

Na direção do conservadorismo, notamos, nos documentos, uma tendência ao controle do professor em formação e do professor formador, como visualizamos em um dos princípios norteadores da organização curricular, conforme o inciso contido no Artigo. 7º:

> XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demostrem evidências de melhoria na qualidade da formação; (BRASIL, 2019b, p. 4).

Tal controle, atrelado a formação e ao trabalho docente, pode dar espaço para o gerenciamento da escola pública pelo setor privado, processo que Freitas (2012) chama de gestão por concessão, dado que há a ruptura da divisão fundamental entre público e privado, dando espaço para o público administrado privadamente (público não-estatal).

Contudo, compreendemos que as atuais normatizações para a formação de professores atendem a um projeto de educação hegemônico, o qual foi pensado, predominantemente, no Brasil, por intelectuais orgânicos vinculados aos aparelhos privados de hegemonia do empresariado, conforme veremos na próxima seção.

A atuação dos intelectuais orgânicos vinculados aos aparelhos privados de hegemonia do empresariado: a elaboração da BNC-Formação inicial de professores

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), composto por duas Câmaras: a de Educação Básica e a de Ensino Superior. Tais Câmaras estão subdivididas em comissões, conforme os materiais a serem analisados no presente texto.

De acordo com Taffarel (2019, p. 602-603), atualmente o CNE "[...] tem um perfil composto por empresários da educação, priorizando o setor privado, [...] aprovando normativas que fortalecem a educação a distância, a formação aligeirada, o rebaixamento teórico na formação dos profissionais da educação.".

Para analisarmos a participação desses sujeitos no processo de elaboração das políticas de formação de professores, no Brasil, buscamos algumas categorias gramscianas, como: hegemonia, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia.

Por hegemonia, compreendemos o direcionamento cultural, político e educacional, sustentado pelo domínico econômico, que um grupo exerce sobre os diferentes grupos em interação no interior de uma mesma sociedade, visando tornar-se sua expressão e formador do consenso. Nesse sentido, "[...] a capacidade diretiva, adquirida por um grupo social em uma dessas esferas, permite-lhe e lhe confere a hegemonia que sempre tende ao domínio intelectual e se consolida efetivamente na economia." (TOLEDO; GOMES, 2013, p. 508).

Gramsci considera a correlação entre força e consenso e demostra a importância da hegemonia, a direção política, cultural e ideológica de uma classe ou grupo social, na sustentação do domínio econômico. Ao tratar do terreno parlamentar, Gramsci explicita que:

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007, p. 48).

Tal conceito, ao ser apropriado pelos pesquisadores da educação na análise das políticas educacionais e do projeto formativo em vigor no cenário brasileiro, desde 1990, tem sido associado à ideia de uma pedagogia da hegemonia (ou pedagogia para hegemonia) que, ao voltar-se para a produção de resultados, respalda-se em aspectos de controle e de padronização tanto para estudantes em formação na educação básica, como para a formação dos professores que trabalham na educação básica. Assim, a

> [...] definição de uma nova pedagogia para a hegemonia no mundo contemporâneo, a qual se caracteriza como um conjunto de iniciativas e ações políticas voltadas à legitimação de um novo padrão social, capaz de assegurar o exercício da dominação de classe por meio de processos educativos positivos, para que haja uma consonância social em favor tanto do capitalismo como da burguesia da atualidade. [...] consiste em uma educação em conformidade com uma nova sociabilidade, na qual os sentidos [...] são redefinidos de acordo com os interesses privados do capital nacional e internacional. Para tanto, o respectivo processo pedagógico objetiva conduzir a um movimento de (re)educação dos indivíduos, propondo-se a estabelecer uma ponte entre os projetos sociais do mundo do capital e do mundo do trabalho. (REZENDE; SIMIÃO, 2017, p. 38)

A hegemonia e a pedagogia da (para) hegemonia compreendidas a partir do conceito gramsciano de Estado conjunto, formado a partir da sociedade política e sociedade civil[13], também denominado Estado Ampliado, pressupõe a atuação do Estado como educador[14] e incentivador do consenso social na sociedade civil. Se não ocorre o consenso, a direção política (hegemonia), para que essa pedagogia seja implementada, há uma atuação intensa do Estado restrito (sociedade política), por intermédio dos "[...] os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem [...]" (MENDONÇA, 2014, p. 35). Nessa perspectiva, entende-se que "[...] é por meio do Estado que os documentos das políticas educacionais são implementados. [...] o aparelho capaz de tornar possível a constituição e expansão global das ideias neoliberais." (GONÇALVES, 2021, p. 60)

[13] "Para a compreensão da natureza e do grau do desenvolvimento da sociedade civil em cada formação social, faz-se imprescindível estudá-la em contato direto com o conjunto das estratégias de reprodução ampliada do capital, assim como em relação às práticas coercitivas e diretivas governamentais para a conquista, consolidação e aprofundamento do consentimento, sempre provisório, do conjunto da sociedade ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente." (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 25)

[14] Sobre o Estado educador, Gramsci relaciona com a: "Questão do "homem coletivo" ou do "conformismo social". Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ´civilização´ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2007, p. 23-24)

O Estado no papel de educador, mobiliza-se em prol do processo de produção do consenso, sobretudo por meio das instituições de poder e da eleição de seus representantes, oriundos da sociedade civil, que devem ocupar espaços na sociedade política para que tudo o que é considerado fundamental seja estabelecido. As instituições, se constituem num:

> [...] bloco histórico responsável pela dupla e complexa tarefa de, preservando suas maneiras específicas e próprias de atuação nas questões sociais, harmonizar os interesses das classes e frações de classes em nome das quais atuam, como também organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares, constituindo-os como gerais. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 27)

Por intermédio da atuação dos chamados aparelhos privados de hegemonia, o grupo composto por representantes dos trabalhadores ou do empresariado, na:

> [...] busca de se tornar dirigente não pode abrir mão, em nome de sua própria hegemonia, da utilização de aparelhos difusores de idéias [sic.], as quais, embora não dando mais conta integralmente dos atuais processos históricos, representam ainda importantes espaços a serem conquistados [...]. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 24-25)

A sociedade civil, enquanto espaço de disputas pela representatividade, de organização dos aparelhos privados de hegemonia e como *lócus* do consenso social, torna-se, para a perspectiva gramsciana, uma instância de poder, portanto, associa-se ao Estado.

No que diz respeito à atuação do empresariado brasileiro, notamos as suas interferências na sociedade civil com ações vinculadas aos aparelhos privados de hegemonia (fundações, institutos, organizações sociais entre outras formas) no contexto da educação, em especial, da escola pública e na atuação direta de seus intelectuais orgânicos na sociedade política com intervenções nas instâncias do executivo, como o CNE, ou no legislativo com a eleição de seus representantes e a aprovação de normas e leis de interesse do grupo hegemônico.

Os aparelhos privados de hegemonia do empresariado brasileiro e voltados para as questões das políticas educacionais e escola pública, atuam por meio de um conjunto de intelectuais orgânicos. Em seus estudos, Gramsci:

> [...] aponta a coexistência de dois grupos distintos de intelectuais. Os denominados *intelectuais tradicionais*, que tendem à conservação do estabelecido e defendem as concepções de mundo previamente consolidadas, representando os interesses de uma classe conservadora. E os intelectuais que se originam de uma dada classe social como resposta às suas necessidades – denominados por Gramsci de *intelectuais orgânicos* [...] de modo geral, opõem-se aos intelectuais tradicionais, na luta pela hegemonia e representam não só a desconstrução do modelo cultural estabelecido, como também ressignificam a própria condição de intelectualidade. (TOLEDO; GOMES, 2013, p. 510, grifo do autor)

No caso da atual política de formação de professores, a BNC-Formação, notamos a atuação intensa dos intelectuais orgânicos representantes do empresariado brasileiro na configuração da comissão que produziu o parecer e a resolução que orienta as atuais adequações da formação de professores à BNCC. Tal configuração está representada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Comissão do Parecer CNE/CP Nº 22, de 7 de novembro de 2019 e suas representatividades

MEMBRO	VÍNCULOS
Maria Helena Guimarães (Presidente)	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) – Presidente Nacional (2020) Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE) – Conselho Científico (2018-2020) – Presidente (2020-2022) Todos pela Educação – Comitê Técnico Movimento pela Base – Comitê de Avaliação Fundação BUNGE – Presidente do Conselho Comitê Diretivo (Membro) – Agenda 2030 (Unesco) – Governing Board (PISA/OECD) Conselho Curador (Membro) – Fundação Iochpe – Associação Parceiros da Educação – Instituto Natura – Instituto Braudel – Instituto Padre Anchieta - Instituto Ayrton Senna
Mozart Neves Ramos (Relator)	Instituto Ayrton Senna – Diretor de Articulação e Inovação Associação Nova Escola – Autor (publicações; textos/artigos) Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação/CONSED – Presidente (2006)
Alessio Costa Lima	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) – Diretoria Executiva – Presidente Nacional (2015-2017; 2017-2019) – Presidente Região Nordeste (2019-2021) – Vice-Presidente Nacional (2019-2021; 2021-2023)
Antonio de Araújo Freitas Junior	Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas – Ex-Diretor Executivo Central de Qualidade; Programa de Certificação Instituto *Millenium* (anteriormente Instituto da Realidade Nacional) – Membro
Antonio Carbonari Netto	Centro Universitário Anhanguera (Grupo Kroton, 2014) – Fundador – Professor titular e Reitor (atualmente) – Membro dos Conselhos Editoriais das Revistas de Ciências Gerenciais e de Educação do Centro Universitário Anhanguera – UNIFIAN Anhanguera Educacional S.A. – Diretor-Presidente Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de São Paulo – SEMESP – Diretor
Aurina Oliveira Santana	Conselheira – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)
Francisco César de Sá Barreto	SB Consultoria Educacional Ltda. – Sócio (2004-2018)
Ivan Cláudio Pereira Siqueira	Comitê Técnico Regional (Protocolo) - Mercosul Educacional (2016-2022) – Representante (Brasil)

Luiz Roberto Liza Curi	Comitê de Avaliação da OEA (Organização dos Estados Americanos) – Ex-membro Comitê Mercosul de Educação Superior – Ex-representante (Brasil)
Nilma Santos Fontanive	Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE) – Conselho Científico (2018-2020) – Diretora Administrativa (2020-2022)
Suely Melo de Castro Menezes	Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Pará - SINEPE – Membro (1996-2018) – Presidência (2015-2017) Fundação Ipiranga – Vice-Presidente (200-2021)

Fonte: Elaborado pelas autoras.
Nota: Parecer CNE/CP Nº 22, de 7 de novembro de 2019, Plataforma Currículo *Lattes*, *Linkedin*, Movimento pela Base, ABAVE, Fundação Nova Escola, Instituto *Millenium*, Instituto Êxito, Assessoria de Comunicação Social (ACS/MEC), UNDIME..

Observamos no quadro, a presença de representantes de diferentes segmentos do empresariado brasileiro, com destaque ao Instituto Ayrton Senna, que conta com as presenças de Maria Helena Guimarães e Mozart Neves Ramos, respectivamente presidente e relator do parecer que sustenta a BNC-formação.

Conforme exposto acima, a atual política de formação de professores para educação básica, perpassa pela consulta de intelectuais orgânicos que representam fundações e institutos, a UNDIME, instituições privadas de educação superior, sindicato vinculado ao setor privado da educação, Sistema S e associação vinculada com avaliação educacional.

> Enquanto representantes do empresariado brasileiro, são esses intelectuais orgânicos, no que diz respeito ao projeto de formação de professores, que pensaram e pensam as questões da educação e as formas de sustentação da pedagogia da hegemonia, fundamental para o domínio político-cultural destes que possuem, também o domínio econômico. Para Mendonça (2014),[...] o pleno desenvolvimento de uma classe – ou fração – depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e mesmo consciência de sua função, seja no âmbito econômico, político ou ideológico. (MENDONÇA, 2014, p. 35)

Decorrentes de instituições e fundações, enquanto parte constituinte de aparelhos privados de hegemonia como, por exemplo, o Todos Pela Educação[15] e o Movimento Pela Base[16], sua atuação, considerando a perspectiva gramsciana, constituem-se os meios pelos quais exercem influência sobre os demais grupos de intelectuais:

[15] Aparelhos mantenedores como, por exemplo, a Fundação *Lemann* e o Instituto Natura, além dos chamados apoiadores como a Fundação Roberto Marinho e a Editora Moderna. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/. Acesso em: 28 jun. 2022.
[16] Aparelhos mantenedores como, por exemplo, a Fundação Lemann e Itaú Educação e Trabalho, e os chamados parceiros institucionais como a Abave, o Consed, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Natura, o movimento Todos Pela Educação, dentre outros. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/ Acesso em: 28 jun. 2022.

> Primeiro, pela difusão de uma concepção geral de vida pela qual os intelectuais são atraídos se sentirem parte integrante do sistema político econômico dominante, assumindo para si o modelo cultural proposto por tal grupo. E segundo, pelo exercício da atividade educativa que, como uma atividade de caráter econômico, permite a eles ascender em direção ao nível econômico da classe dominante. (TOLEDO; GOMES, 2013, p. 511).

O resultado dessas ações sobre a educação pública, na qualidade de educação de massas, modela esse espaço enquanto ambiente de inserção das ideias burguesas para conformação do grupo dominado. No que condiz à formação de professores, intensificam-se os caminhos para a implementação da administração gerencial e da perspectiva neotecnicista, sob a justificativa de que:

> A crise de qualidade da educação pública seria resultado da incapacidade gerencial do Estado em administrá-la e da falta de responsabilização da sociedade em pressionar/fiscalizar os governos. Portanto, essas crises estão interligadas e para solucioná-las seria necessário compartilhar a tarefa educacional com outros segmentos da sociedade. O que está por trás dessa ideia é, além da "educação do consenso", a possibilidade desses grupos de conseguirem lucrar com isso e, mais ainda, levar à privatização da educação. (CARIELLO, 2019, p. 6)

Como resultado, a proliferação dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado está relacionada às parcerias público-privadas que concebem a sociedade e os espaços de produtores de mais-valor como ambientes de disputa pelo consenso (CARIELLO, 2019). Considerando o exposto, observamos que:

> [...] o empresariamento da educação pública brasileira se dá em duas dimensões articuladas na influência direta dos empresários nas decisões educacionais e na inserção da lógica empresarial na educação, através, primordialmente, da Teoria do Capital Humano, da pedagogia das competências e das políticas de avaliação. (CARIELLO, 2019, p. 1-2)

Com a ampliação dos espaços voltados à formação de professores, no atendimento às necessidades atribuídas e condicionadas pelo desenvolvimento econômico eminente, as políticas de formação de professores dos anos 1990, assim como na atualidade, são apresentadas como requisito na implementação de um projeto de sociedade concebido com vistas a produção de uma nova sociabilidade capitalista, na qual a burguesia possa se perceber integrante do projeto de liberalismo clássico.[17] (REZENDE; SIMIÃO, 2017)

Os aparelhos privados de hegemonia do empresariado, enquanto representantes dos interesses do capital, buscam intervir nos rumos da educação, sob a premissa de ampliação do papel da sociedade civil na gestão da educação, disseminando um discurso de que é isenta e sem vínculo ideológico, com isso oculta suas intencionalidades em prol da conservação do atual e desigual sistema de produção, na medida,

[17] De acordo com Petras (1997, p. 15-17): "O liberalismo do século XVIII surgiu como uma doutrina que desafiava as restrições feudais ao comércio e à produção. Ele buscava minar as bases dos regimes "patrimonialistas" e permitia a livre-troca do trabalho por salários; a conversão da riqueza em capital; a transformação da simples produção em acumulação do capital. [...] O ressurgimento do "neoliberalismo" ocorre como resultado da crise do nacional-populismo e da derrota do socialismo. [...] é semelhante na medida em que defende a idéia de que o mercado, e não o Estado, deveria ser o único alocador dos salários e do capital."

que também reafirma a incapacidade gerencial do Estado em gerir com competência os problemas sociais que se apresentam. (CAETANO; MENDES, 2020)

Considerando as interferências dos intelectuais orgânicos do empresariado, enquanto representantes dos aparelhos privados de hegemonia, na elaboração das atuais políticas educacionais, tomamos como exemplo, o Instituo Ayrton Senna, a fim de ilustrar a organização e estrutura desse aparelho e dos seus intelectuais para produzir conteúdo para a área da educação.

O Instituto Ayrton Senna atua em diversas dimensões do campo educacional, sendo que uma delas é o desenvolvimento de conteúdo sobre educação, concentrado no trabalho dos intelectuais que atuam no "eduLab21"[18]**.** Tal laboratório é uma das manifestações da publicização, pois é um segmento do setor privado que atua na elaboração de políticas públicas. Sua organização conta com um conselho estratégico, composto por gestores, formuladores de políticas públicas e pesquisadores que atuam como intelectuais orgânicos do IAS, com os objetivos de comentar e sugerir projetos e implementar iniciativas do IAS. São eles:

Quadro 2 – Integrantes do Conselho do eduLAB21 – Instituto Ayrton Senna

CONSELHEIRO DO eduLab21	**VÍNCULO**
Claudia Costin	Diretora do centro de excelência e inovação em políticas educacionais (Ceipe), na FGV.
Francisco Soares	Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ex-presidente do Instiuto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Luiz Eugênio Mello	Médico, professor livre-docente e diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
Luiz Miguel Garcia	Presidente da Undime e dirigente municipal de educação em Sud Mennucci, São Paulo. Possui graduação em Letras, mestrado e doutorado em Linguística Aplicada.
Maria Helena Guimarães	Socióloga, professora aposentada da UNICAMP. Conselheira do Conselho Nacional de Educação, presidente da Comissão de Formação de Professores e presidente da ABAVE.
Mozart Neves Ramos	Pós-doutor em Química (Politécnica de Milão), foi professor e reitor da UFPE, secretário de Educação de PE, presidente do Todos Pela Educação.

[18] "[...] laboratório de ciências para a educação do Instituto Ayrton Senna, [...] um centro de pesquisa especialista em produzir e organizar evidências científicas à serviço de uma educação inovadora e transformadora, investigando temas relacionados ao desenvolvimento do potencial humano. Explorando evidências em educação desde 2015, somos formados por cientistas e centros de pesquisas, de diversas áreas do conhecimento, movidos pela inovação. Estamos comprometidos em produzir, traduzir e aplicar os achados da ciência para a realidade da sala de aula, pensando e propondo uma nova educação. Também olhamos para fora e aprendemos com outros cientistas: formamos uma rede que conecta conhecimentos de grandes centros de inovação e pesquisadores de referência do mundo." Disponível em: https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-fazemos/atuacao-pesquisas/. Acesso em: 18 abr. 2023.

Raquel Teixeira	Secretaria de Educação do Estado do RS. PHD em linguística pela Universidade da California em Berkeley e membro do conselho do EduLab21, do Instituto Ayrton Senna.
Rossieli Soares da Silva	Secretário estadual de Educação de SP. É advogado e possui mestrado em Gestão e Avaliação Educacional pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).
Vitor Amorim	Secretário de Educação do Espírito Santo e presidente do Consed. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e professor da Universidade Vila Velha.

Fonte: As autoras.
Nota: Site Instituto Ayrton Senna[19].

A constituição de um setor voltado à produção de conhecimento sobre educação, coloca o IAS em condição de propor e implementar políticas educacionais, exercendo o papel de uma "*think tank*"[20], laboratório de ideias, com isso, exerce uma função relevante no conjunto da pedagogia para hegemonia e na produção do consenso social.

O IAS, enquanto manifestação do princípio de publicização, portanto, atua na produção e organização de competências que considera relevantes para a vida; como mediador entre cientistas e educadores, assim como analisa o processo de elaboração e implementação das políticas educacionais.

No caso da implementação da BNC-formação, sistematizou um documento intitulado "Desafios da Profissão Docente: Experiência Internacional e o Caso Brasileiro", divulgado no site do IAS. O conteúdo desse documento e da BNC-formação inicial apresentam aproximações, como a relação entre formação de professores e avaliações em larga escala. Segundo o documento do IAS:

> [...] fortalecimento da percepção de seu papel social, da construção de uma ética voltada para o aprendizado dos alunos e para a accountability (responsabilização) diante da comunidade escolar, do desenvolvimento de uma visão crítica e investigativa do saber e de um espírito coletivo de trabalho [...] A formação inicial tem de repassar a seus estudantes esses valores de modo transversal e realizar alguma forma de controle ou avaliação para saber se tais questões foram efetivamente incorporadas ao processo formativo. (ABRUCIO; SEGATTO, 2021, p. 130)

Tais ideias são representativas das concepções presentes no Parecer CNE/CP 22/2019 e Resolução CNE/CP Nº 2/2019 que tiveram atuação direta do Conselheiro Mozart Neves Ramos, representante do Instituto Ayrton Senna. Segundo Evangelista, Fiera e Titton (2019), tratam-se de sujeitos que, tanto no Aparelho de Estado como no interior da Sociedade Civil, atuam com o objetivo de pautar as políticas sociais de seu interesse, mesmo as que não lhes beneficiam de forma direta.

[19] Disponível em: https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-fazemos/atuacao-pesquisas/. Acesso em: 03 maio 2023.
[20] Segundo Peroni e Lima (2020, p. 9), o conceito "[...] engloba institutos, centros de estudos, fundações e movimentos voltados à produção e à difusão de conhecimentos e ideias, tanto entre instâncias governamentais, quanto em termos de opinião pública em geral. Trata-se de instituições privadas que atuam a partir da sociedade civil, dotadas de um caráter ativista (advocacy think tanks) com vínculos ideológicos evidentes, associados aos pressupostos da economia de mercado, liberdade individual e limitação da ação do Estado."

A presente política de formação de professores, reafirma-se enquanto uma política de ajuste da formação sob a ótica dos princípios gerenciais, na qual, incorpora-se a noção de competências e de cobrança por resultados, buscando justificar a necessidade de superação da crise de eficiência que seria a causa do fracasso nos índices e avaliações, num movimento que parte da reestruturação do Estado para as políticas educacionais; e as políticas educacionais atuais, por sua vez, representam o aprofundamento do Estado gerencial.

CONCLUSÕES

A concepção da formação de professores enquanto política educacional voltada para a regulação, demanda o olhar para um Estado que, historicamente, vem estruturando-se a partir das relações estabelecidas com base nas esferas de produção, circulação e consumo de mercadorias, que por sua vez orientam-se a partir dos aspectos cíclicos do capital que regem as configurações administrativas de uma sociedade, sobretudo a econômica.

Compreendemos que o estudo da BNC-Formação, enquanto diretriz curricular, só é possível com a retomada de aspectos históricos, dos embates que permeiam sua construção, assim como das perspectivas políticas, econômicas e sociais que condicionaram a sua discussão.

Retomar questões que permeiam o capitalismo e os regimes de produção no processo de acumulação de riquezas, assim como as crises por ele produzidas como justificativa para sua reestruturação produtiva e política, são pontos de partida para a análise da atual política de formação de professores.

No caso brasileiro, apresentamos a Reforma do Estado de 1995 como uma resposta política à crise do capital. O Brasil, colocado numa posição periférica do capital, sob a alegação de que a reforma estatal representaria a retomada de seu desenvolvimento, promoveu diversas reformas educacionais, sendo que as políticas de formação de professores dos anos de 1990 apresentam aproximações com os atuais encaminhamentos, em especial, por resgatarem a formação por competências.

As parcerias público-privadas, por meio da noção de publicização que cria o setor público não-estatal, passam a aprofundar sua intervenção nos processos de tomada de decisão das políticas e na captação de recursos públicos. A racionalização desses processos corrobora a lógica mercantil, na qual a educação, com base nos argumentos gerenciais, de que o setor privado é referência de qualidade, é tomada como indutora do crescimento econômico a partir da qualificação voltada para os interesses do mercado.

A partir dos anos de 1990, coloca-se em evidência a adequação dos currículos escolares para responder a uma necessidade oriunda dos processos de reestruturação produtiva desse período: a formação do profissional por competências e polivalente.

Ao apresentarmos a Resolução CNE/CP Nº 2/2019, reiteramos como os contextos de crise voltam-se ao cenário educacional como resposta as demandas correspondentes à formação humana. A proposta formativa, ao estruturar-se em princípios, competências e habilidades, de forma a cumprir com a

implementação da BNCC-Educação Básica, conforma a formação docente para o "saber fazer", para atender às demandas do mercado e intensificando processos de padronização, controle e resultados.

A configuração do CNE, ao expor um perfil predominantemente composto por representantes do empresariado, no papel de intelectuais orgânicos desse grupo hegemônico, atua de modo a estabelecer o consenso social por intermédio de sua interferência na proposição de políticas, na implementação e na gestão, sobretudo no que cabe a escola pública.

Constatamos que a atuação desses intelectuais como Conselheiros do CNE, no que cabe as atuais adequações para a formação de professores, sustenta um projeto de pedagogia da hegemonia, necessária para o estabelecimento e manutenção do domínio político-cultural do empresariado brasileiro. As instituições e fundações, enquanto parte constituinte de aparelhos privados da hegemonia do empresariado como, o Todos Pela Educação, o Movimento Pela Base e o Instituto Ayrton Senna, trabalham em função de difundir as ideias hegemônicas, com isso, constitui-se um modo de conformar ao modelo societal capitalista.

Ainda sobre o Instituto Ayrton Senna, é colocada em evidência sua atuação enquanto aparelho privado de hegemonia representante do empresariado na produção de conhecimento sobre a educação, em conformação com os ideais dominantes, os quais representam a materialização da publicização (público não-estatal) nas políticas públicas, conforme apontado por Bresser-Pereira nos princípios que dizem respeito à Reforma do Estado.

Por fim, entendemos que as propostas para formação de professores, nos anos 1990 e atualmente, com a BNC-formação, reafirmam-se como políticas de regulação pautada nos princípios gerenciais, em especial, a partir da intensificação de medidas que são propostas e promovidas pelos intelectuais orgânicos do empresariado, reafirmando como referência o campo empresarial para as políticas educacionais para o trabalho da escola pública**.**

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina Ianni. **Desafios da profissão docente**: experiência internacional e o caso brasileiro. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Livro-Desafios-da-Profiss%C3%A3o-Docente.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A educação pública e as corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA–Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 1-18, 2018. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79084. Acesso em: 21 mar. 2022. https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v8-79084

AFONSO, Almerindo. J. Reforma do Estado e políticas públicas: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 75, p.15-32, ago. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/CGkRcsCcsynSwtSRsj44LBf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2022. https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200003

ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competência. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966. Acesso em: 23 maio 2022. https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.966

ALVES, Giovanni. Precariedade e precarização do trabalho. *In:* ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. p. 111-152.

AMARAL, George.; NOVAES, Henrique Tahan; SANTOS, José Deribaldo Gomes. AS REFORMAS EDUCACIONAIS E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: O CAMINHO PARA SUA MERCANTILIZAÇÃO. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 37–55, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9857. Acesso em: 3 maio. 2023. https://doi.org/10.35699/2238-037X.2021.9857.

ANTUNES, Ricardo. Fordismo, Toyotismo e Acumulação Flexível. *In:* ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 13-38

ANTUNES, Ricardo. As respostas do capital à crise estrutural: a reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. *In:* ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 37-47.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 22, de 07 de novembro de 2019**. Brasília: MEC, 2019a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category%20slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 fev. 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em: 16 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90**:** lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/?lang=pt. Acesso em: 02 mar. 2022. https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004

CAETANO, Maria Raquel; MENDES, Valdelaine da Rosa. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, e75939, dez. 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75939. Acesso em: 14 mar. 2023. https://doi.org/10.1590/0104-4060.75939

CARIELLO, Lisia. A disputa por hegemonia na educação brasileira: o movimento pela base nacional comum. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30. ANPUH-Brasil.

Recife, 2019. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2019, p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564583858_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

EVANGELISTA, Olinda; FIERA, Letícia; TITTON, Mauro. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado**. Jornal socialista e independente: Universidade à Esquerda**, nov. 2019. Disponível em: https://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-mais-mercado/. Acesso em: 08 jul. 2022.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da educação básica**. Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 155–168, 2019. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/961. Acesso em: 1 jun. 2022. https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.961

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/hH5LZRBbrDFKLX7RJvXKbrH/abstract/?lang=pt. Acesso em: 19 abr. 2022. https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000009

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 jun. 2022. https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. *In*: **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 12-109. v. 3.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; MOTA, Maria Renata Alonso; ANADON, Simone Barreto. A Resolução CNE/CP N. 2/2019 e os Retrocessos na Formação de Professores. **Formação em Movimento,** Seropédica, v.2, n.4, p. 360-379, jul./dez. 2020. Disponível em: http://costalima.ufrrj.br/index.php/FORMOV/article/view/610. Acesso em: 27 maio 2022. https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v2i2n4.360-379

GONÇALVES, Amanda Melchiotti. Os intelectuais orgânicos da base nacional comum curricular - BNCC. *In:* GONÇALVES, Amanda Melchiotti. **Os intelectuais orgânicos da base nacional comum curricular (BNCC):** aspectos teóricos metodológicos. Curitiba: CRV, 2021. p. 57-100. https://doi.org/10.24824/978652510003.6

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 300-347.

MATOS, Sidney Tanaka S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1-2, p. 192-213, jan/jun e jul/dez., 2008. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3314. Acesso em 29 maio 2022. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2008v13n1/2p192

MENDONÇA, Sônia. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35. Acesso em: 20 jun. 2022.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. *In:* NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso**.** São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2012a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/tpC76cg8bvZGYZJW5BwSfkR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 21 mar. 2022. https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000200003

PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma do Estado e Políticas Educacionais no Brasil/State Reform and Education Policies in Brazil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, p. 36-54, jan./jul., 2012b. DOI: 10.14393/REPOD-v1n1a2012-17362. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/17362. Acesso em: 21 mar. 2022. https://doi.org/10.14393/REPOD-v1n1a2012-17362

PERONI, Vera Maria Vidal.; LIMA, Paula Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1–20, 2020. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15344. Acesso em: 18 abr. 2023. https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15344.070

PETRAS, J. Os fundamentos do neoliberalismo. *In:* RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.) **No fio da navalha:** crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997. p. 15-38.

REZENDE, Fernanda Soares; SIMIÃO, Lajla Katherine Rocha. O papel do professor como disseminador da nova pedagogia para a hegemonia. **Tecnia**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 31-48, jan./jul. 2017. Disponível em: https://periodicos.ifg.edu.br/tecnia/issue/view/v2n1. Acesso em: 19 jun. 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 99-126. https://doi.org/10.36311/2007.978-85-249-1311-2

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação): Ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar. **Formação em Movimento**, Seropédica, v. 1, n. 2, p. 600-607, jul./dez. 2019. Disponível em: http://costalima.ufrrj.br/index.php/FORMOV/article/view/537. Acesso em: 25 maio. 2022.

TOLEDO, Cézar de Alencar de; GOMES, Jarbas Maurício. Educação e Hegemonia nos Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci (1891-1937). **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 503–517, 2013. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/19574. Acesso em: 20 jun. 2022. https://doi.org/10.5216/ia.v38i3.19574

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 245-270, jan./jun. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1637. Acesso em: 18 mar. 2022.

Submetido: 26/03/2023
Correções: 16/04/2023
Aceite Final: 25/04/2023